v7.n10.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

REFLEXÕES SOBRE O PANORAMA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL COM BASE NOS DADOS DO ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2025

REFLECTIONS ON THE LANDSCAPE OF TEACHER TRAINING IN BRAZIL BASED ON DATA FROM THE 2025 BRAZILIAN BASIC EDUCATION YEARBOOK

REFLEXIONES SOBRE EL PANORAMA DE LA FORMACIÓN DOCENTE EN BRASIL BASADAS EN DATOS DEL ANUARIO BRASILEÑO DE EDUCACIÓN BÁSICA 2025

Dominique Junior Vais[1], Franciana dos Santos Carvalho[2], Joselaine Vais Tusset[3], Elenilda Viana Dos Santos[4], Elizângela Aparecida de Jesus Acássio[5], Jociene de Fatima Campos[6], Thiago Pereira de Souza[7]

e7109164
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i10.9164

PUBLICADO: 10/2026

RESUMO

Este estudo traz como objetivo geral abordar o panorama da formação de professores no Brasil, a partir de dados do Anuário Brasileiro de Educação Básica, edição de 2025. Trata-se de um estudo descritivo, de natureza quantitativa, o qual fez uso de dados disponíveis no Anuário Brasileiro da Educação Básica, os quais foram apreciados por meio de uma análise descritiva de dados. No decurso investigativo, foi possível observar a expansão da formação docente pela educação a distância na rede privada de ensino, o que pode ser entendido como um aligeiramento formativo que se reflete na mercantilização do processo formativo de professores. Com relação ao grau de formação conforme as etapas de ensino, o caso mais grave foi o elevado percentual de professores atuando em creches sem graduação. Soma-se a isso a questão da defasagem salarial, com os professores de nível superior ganhando menos do que profissionais de outras áreas que possuem este mesmo patamar de qualificação. Para que se possa aventar a existência de uma educação de qualidade, é essencial haver a formulação de políticas públicas que sejam mais condizentes com a realidade vivida pelos professores, os quais enfrentam desafios cotidianos envoltos em demandas por maior produtividade numa carreira que já não é mais tão atraente como era em tempos idos. Formação continuada em todos os níveis de educação, planos de cargos e salários e valorização do magistério se mostraram urgentes diante dos dados vistos no Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2025.

PALAVRAS-CHAVE: Formação continuada. Professores. Educação básica.

ABSTRACT

*The general objective of this study is to examine the landscape of teacher training in Brazil, drawing on data from the 2025 edition of the *Anuário Brasileiro de Educação Básica* (Brazilian Basic Education Yearbook). This is a descriptive, quantitative study that utilized data from the Yearbook, which were examined through descriptive data analysis.*

[1] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) e mestrando em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Licenciado em Matemática, Pedagogia, Química, Física, Informática e Ciência da Computação, e bacharel em Matemática e Ciência e Tecnologia. Especialista em Robótica Educacional pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo IFMT.
[2] Pedagoga. Faculdade Futura, ICETEC, São Paulo, Brasil.
[3] Pedagogia/Biologia. Pós-Graduações em Educação Infantil - UNINTER.
[4] Pedagogia/História. Pós-Graduações em Educação Infantil - UNINTER.
[5] Pedagoga/Matemática. Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).
[6] Ciências Biológicas/Pedagogia. Universidade Estadual de Goiás - UEG.
[7] PROFCOMP/UFR.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

The investigation revealed an expansion of teacher training via distance learning within the private education sector; this trend can be interpreted as a "watering down" of training standards, reflecting the commodification of the teacher training process. Regarding educational attainment levels across different stages of schooling, the most critical issue identified was the high percentage of teachers working in daycare centers without a university degree. Compounding this is the wage gap, with teachers holding higher education degrees earning less than professionals in other fields with equivalent qualifications. To envision quality education, it is essential to formulate public policies that better align with the realities faced by teachers—professionals who grapple with daily challenges and demands for increased productivity in a career that is no longer as attractive as it once was. The data from the 2025 Yearbook highlight an urgent need for continuing education at all levels, structured career and salary plans, and greater recognition of the teaching profession.

KEYWORDS: *Continuing education. Teachers. Basic education.*

RESUMEN
Este estudio tiene como objetivo analizar el panorama de la formación docente en Brasil, a partir de datos del Anuario Brasileño de Educación Básica, edición 2025. Se trata de un estudio descriptivo y cuantitativo que utilizó datos disponibles en dicho anuario, los cuales fueron analizados mediante análisis descriptivo. Durante la investigación, se observó la expansión de la formación docente a través de la educación a distancia en el sector privado, lo cual puede interpretarse como una estandarización de la formación que refleja la mercantilización del proceso formativo docente. En cuanto al nivel de formación según las etapas educativas, el caso más preocupante fue el alto porcentaje de docentes que trabajan en guarderías sin titulación. A esto se suma la disparidad salarial, donde los docentes con estudios superiores perciben menores ingresos que los profesionales de otras áreas con el mismo nivel de cualificación. Para concebir una educación de calidad, es fundamental formular políticas públicas más acordes con la realidad que viven los docentes, quienes enfrentan desafíos diarios en medio de exigencias de mayor productividad en una profesión que ya no resulta tan atractiva como antes. La formación continua en todos los niveles, los planes de carrera y salariales, y la valoración de la profesión docente han demostrado ser urgentes a la luz de los datos presentados en el Anuario Brasileño de Educación Básica 2025.

PALABRAS CLAVE*: Formación continua. Profesores. Educación básica.*

INTRODUÇÃO

A análise da formação de professores no Brasil hoje requer mais do que apenas pesquisa pedagógica; exige uma compreensão fundamental das estruturas materiais e econômicas do sistema educacional (Gatti, 2021). O debate atual sobre o desenvolvimento profissional não se trata apenas do desenvolvimento da educação, mas também da transformação no mundo do trabalho, onde a política educacional é muito influenciada pela lógica de mercado e pela reestruturação produtiva (Antunes, 2015). Assim, o trabalho docente não é mais um emprego que podemos ver como puramente vocacional, mas como uma atividade humana que é central para a reprodução social e que a liberdade da emancipação intelectual dos alunos reside na autonomia do professor (Santos *et al*., 2025).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Entretanto, o ensino na educação básica brasileira acabou se tornando um processo de alienação do trabalho e vulnerabilidade estrutural (Gentili, 2000). A vida dos professores é caracterizada pela falta de infraestrutura física e tecnológica nas escolas, o que os impede de intervir como professores, e pelos salários relativamente baixos que os mantêm trabalhando muitas horas em muitos sistemas de ensino (Gatti, 2021; Santos; Fernandes, 2026). Além disso, o gerencialismo está se tornando cada vez mais prevalente na política pública, e as demandas por produtividade para todos são altas (Ball, 2004; Silva, 2010; 2016).

O estabelecimento de metas quantitativas no contexto de avaliações em larga escala cria uma indissociação entre a vida profissional e pessoal, levando a mais trabalho e menos autonomia em sala de aula e mais casos de doenças, tais como a Síndrome de Burnout (Druck; Silva, 2025). Além das barreiras estruturais e salariais, a realidade educacional brasileira está gravemente comprometida por uma lacuna severa na qualificação docente, já que o número de profissionais que ensinam sem a devida formação é muito alto (Paixão *et al*., 2026). Esse fenômeno do chamado ensino improvisado é ainda mais agudo em disciplinas e áreas que há décadas não são bem conhecidas pelo público, pois as redes de ensino são forçadas a contratar professores de outras áreas (Freitas, 2014).

A lacuna na formação inicial leva à dependência excessiva de programas de educação continuada que são, obviamente, muito limitados em termos de seu propósito e significado no contexto contemporâneo (Nóvoa *et al*., 2023). Em vez de espaços de ensino em sala de aula para aprendizado profundo e compartilhamento de experiências, as iniciativas oficiais sofrem com a falta de conteúdo e fragmentação que se assemelha a eventos burocráticos que se concentram em cargas de trabalho (Shiroma; Evangelista, 2011).

A educação continuada tem sido enquadrada de maneira mercantil e pragmática, onde apenas cursos rápidos e superficiais são projetados para transferir manuais didáticos e "receitas de sucesso" para que os professores compreendam o contexto social e os desafios de aprendizagem que surgem na sala de aula (Soares *et al*., 2026). A base da crise é a desconexão entre a abordagem de formulação de políticas dos órgãos centrais do Estado e o trabalho diário dos professores. O que está em jogo na lacuna institucional entre os modelos abstratos de escola dos formuladores de políticas (que muitas vezes consideram um ambiente ideal, altamente conectado e harmonioso) e a realidade como vivemos nas escolas públicas é o desgaste do trabalho professoral, representado por turmas superlotadas e falta de recursos (Lima *et al*., 2025).

Essa desconexão deixa o conhecimento discutido na formação inútil para os professores que se encontram entre uma burocracia escolar alienada e as necessidades dos alunos em uma

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

escola complexa e empobrecida. Neste momento de dificuldade entre o significado social do ensino e a racionalidade empresarial que precariza seu mundo de vida concreto, surge a questão de pesquisa: a partir de dados do Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2025, quais são os principais problemas existentes quanto à formação de professores no contexto nacional de educação?

O estudo apresenta como objetivo geral abordar o panorama da formação de professores no Brasil, a partir de dados do Anuário Brasileiro de Educação Básica, edição de 2025. Entende-se que no cenário contemporâneo, situações como baixos salários, programas de formação descontextualizados com a realidade dos professores e pressões constantes por mais produtividade conferem ao trabalho docente a aura da complexidade, o que torna ainda mais necessário o debate sobre a formação de professores e seus reflexos em suas atuações profissionais.

1. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE

Para considerar o ensino como um campo acadêmico com autonomia e rigor científico, é necessário envolver-se nos quadros teóricos que falam sobre a natureza do conhecimento e a identidade do professor. A educação anteriormente era vista como puramente instrumental ou vocacional, e isso começou a mudar com o desenvolvimento da chamada epistemologia da prática. Sob essa perspectiva, o professor não é mais apenas um técnico que aplica na sala de aula as teorias geradas em escritórios acadêmicos, mas sim um produtor do que é realmente aprendido através das próprias reflexões do professor (Schön, 1992).

Para isso, a formação de professores é considerada um contínuo que liga o desenvolvimento teórico ao estudo da própria prática do professor, e é por isso que chamamos de profissional reflexivo. Essa transição tem sido apoiada por discussões sobre o “conhecimento docente”, que são essencialmente plurais, heterogêneos e socialmente construídos. O educador no cotidiano não mobiliza mais apenas o conhecimento disciplinar abstrato, mas combina conhecimentos da formação profissional, diretrizes curriculares e, em seu cerne, o que foi aprendido no chão da escola (Tardif, 2014).

Essas experiências de compartilhamento de conhecimento formam a cola que possibilita e sustenta outros conceitos teóricos a serem usados diante de situações imprevisíveis no ambiente escolar. Assim, a identidade profissional do educador não é construída isoladamente ou a priori, mas no contexto das relações escolares e sociais. A educação é construída na relação

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

entre o desenvolvimento pessoal e profissional, e o professor precisa se reconhecer como um ator político com a capacidade de propor mudanças e executar o processo educacional essencial (Ghedin; Pimenta, 2022).

Considera-se que, de acordo com Pimenta (1996), a identidade é sempre reconstruída quando o professor confronta o conhecimento prévio com os desafios materiais e multiculturais das escolas, transformando o cotidiano em um espaço de exploração e aprendizado coletivo. Nesse sentido, a formação contínua torna-se pertinente se deixar de ser vista como uma série de cursos burocráticos e começar a assumir a natureza de um movimento baseado nas necessidades genuínas dos professores (Imbernón, 2022).

Quando os métodos tradicionais de formação precisam ser alterados para lidar com a necessidade de um desenvolvimento mais rápido e ágil nas escolas, as produções usuais se unem para defender a escola como o ponto focal e ambiente natural para o desenvolvimento profissional. Na própria escola, mesmo em suas contradições, conflitos e nuances diárias, a formação deve ser organizada (Nóvoa, 1992).

Essa descentralização da política formativa coloca o professor na linha de frente e a sala de aula como um lugar de reflexão, onde erros e sucessos formativos são discutidos coletivamente. Nóvoa (2019) argumenta pela necessidade de mudar a forma como pensamos sobre ocasiões de qualificação e o isolamento pedagógico e educacional da profissão docente:

> O ciclo do desenvolvimento profissional completa-se com a formação continuada. Face à dimensão dos problemas e aos desafios atuais da educação precisamos, mais do que nunca, reforçar as dimensões coletivas do professorado. A imagem de um professor de pé junto ao quadro negro, dando a sua aula para uma turma de alunos sentados, talvez a imagem mais marcante do modelo escolar, está a ser substituída pela imagem de vários professores trabalhando em espaços abertos com alunos e grupos de alunos. Esta nova construção pedagógica precisa de professores empenhados num trabalho em equipa e numa reflexão conjunta. É aqui que entra a formação continuada, um dos espaços mais importantes para promover esta realidade partilhada. Há muitos discursos que referem a impossibilidade de haver práticas consistentes e inovadoras de formação continuada nas escolas: os professores têm muitas dificuldades; as escolas não têm condições; é preciso trazer novas teorias e novos modelos que não existem nas escolas; etc. Compreendem-se estes discursos, sobretudo por parte daqueles que não se conformam com a situação atual das escolas e pretendem abrir novos caminhos. Existe o receio de que enraizar a formação continuada nas escolas contribua para fechar os professores em práticas rotineiras e medíocres, não

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

> lhes permitindo o acesso a novas ideias, métodos e culturas (Nóvoa, 2019, p. 10).

Na perspectiva de Freire (1996), a formação contínua é ética e política, pois segue seu próprio curso através da percepção crítica do mundo e da transformação social. Ensinar não pode ser simplesmente sobre passar informações para os alunos, mas deve funcionar dialeticamente, e é assim que Freire (1996) propõe que teoria e prática sejam feitas e que se possa tornar a práxis humana mais assertiva e condizente com um mundo mais justo e igualitário.

A metodologia de Freire (1996; 2019) exige que o educador nunca pare como sujeito em busca e estudo não realizado; o professor sempre se torna o motor para superar as opressões estruturais que permeiam a escola. No contexto de tal fragilidade material está o avanço implacável das filosofias neoliberais baseadas na performatividade e na busca incessante pela eficiência e qualidade, as quais integram a racionalidade empresarial presente de forma recorrente na educação pública (Freitas, 2014; Gentili, 2000).

Os professores são bombardeados com uma demanda incessante por produtividade e são levados a cumprir metas burocráticas e a medir o desempenho de seus alunos em avaliações de larga escala (Ball, 2005). Esse produtivismo ignora a estratificação social generalizada do país que permanece disseminada e que resultou no que a literatura se refere como a proletarização da profissão docente e a desapropriação da autonomia pedagógica (Vasconcelos; Almeida, 2025). Ao considerar como carreira, condições de trabalho e política gerencial afetam a qualidade educacional, Gatti (2016) relata que os professores são figuras essenciais para que haja aprendizagem, mas a falta de discussão de políticas públicas formativas a partir da realidade dos professores acaba tornando o intento do aprimoramento das práticas pedagógicas mais difícil de ser alcançado.

Tem-se que outro grande desafio que afeta a vida escolar pública é a desconexão entre as políticas formativas concebidas verticalmente pelas instituições superiores do Estado e a sala de aula na vida real (Imbernón, 2022). Os programas oficiais de formação contínua, muitas vezes influenciados por interesses mercantis, são geralmente cursos curtos e superficiais e frequentemente sobre o uso de manuais de ensino padrão, ignorando a diversidade e complexidade do chão da escola (Maia *et al*., 2026). Diante dessa situação de contradições e dos obstáculos que estão à nossa frente, a profissão deve rejeitar o modelo de formação técnico-utilitário, para encontrar uma maneira de conciliar a valorização material da profissão docente com o fundo de uma formação coletiva e emancipatória (Daia *et al*., 2025).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2. METODOLOGIA

Uma das características deste estudo é o fato de ele ser descritivo, o que de acordo com Vergara (2016) abarca o fato de o pesquisador proceder com o detalhamento dos fenômenos por ele estudados. A natureza de pesquisa é quantitativa, uma vez que os dados nele apresentados estão representados de forma numérica (Zanella, 2013). Convém descrever que estes dados foram localizados no Anuário Brasileiro da Educação Básica, edição de 2025, mais precisamente no ícone 6, concernente aos Professores e seu respectivo panorama no contexto nacional.

Os dados foram extraídos do referido anuário e analisados sob a égide da análise descritiva de dados (Reis; Reis, 2002). Neste decurso investigativo, foi possível perceber aspectos relevantes a respeito tanto do contexto formativo de professores, como também características atinentes ao exercício da profissão docente.

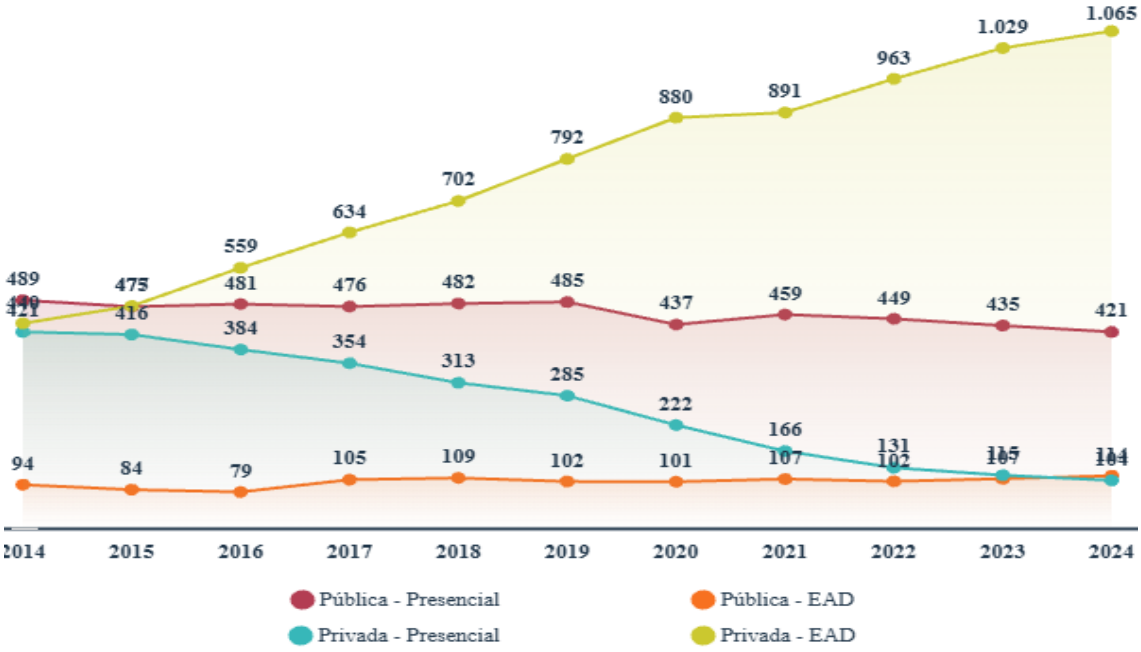
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira das situações vista no Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025) diz respeito a matrículas em cursos superiores, conforme a sua natureza (pública ou privada), bem como a sua modalidade de ensino (presencial ou educação a distância). O Gráfico 1 abaixo em destaque exibe o cenário concernente a 10 anos de levantamento, mais precisamente a série histórica de 2014 a 2024.

Os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica mostram a mudança no ensino superior para a formação de professores que ocorreu no Brasil nos últimos 10 anos (2014-2024). Há um crescimento rápido e contínuo nas matrículas para cursos de licenciatura em educação a distância (EaD) oferecidos pela rede privada de ensino, de 421.000 em 2014 para 1,065 milhão em 2024. As licenciaturas presenciais, por outro lado, têm diminuído sistematicamente ou se estabilizado nas redes públicas e privadas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Gráfico 1. Matrículas e concluintes no Ensino Superior nos cursos voltados à docência por modalidade no Brasil (em milhares)



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica – edição 2025.

Na rede privada presencial, os números caíram para menos de um quarto, de 420.000 para 104.000 matrículas no mesmo período. Esta é uma clara manifestação da mercantilização e desterritorialização do conhecimento pedagógico, o que representa uma mudança radical na forma como o Estado brasileiro está lidando com a preparação educacional de seus futuros professores. Do ponto de vista sociológico de Ball (2004), essa inversão de curvas não se deve de forma alguma a uma escolha democrática ou evolução puramente tecnológica, mas à introdução da lógica da performatividade e da racionalidade gerencial na educação.

O desaparecimento dos cursos presenciais e a explosão da modalidade remota na iniciativa privada cumprem estritamente o imperativo de minimizar os custos operacionais e maximizar os lucros das grandes corporações educacionais, a fim de converter a formação inicial de professores em um produto de massa para venda a baixo custo. Com o advento do Decreto nº 12.456 (Brasil, 2025), o qual proibiu a existência de licenciaturas no formato 100% em educação a distância e estabeleceu a possibilidade de cursos semipresenciais, a tendência é que haja um arrefecimento no que se refere à expansão da modalidade EaD na formação de professores.

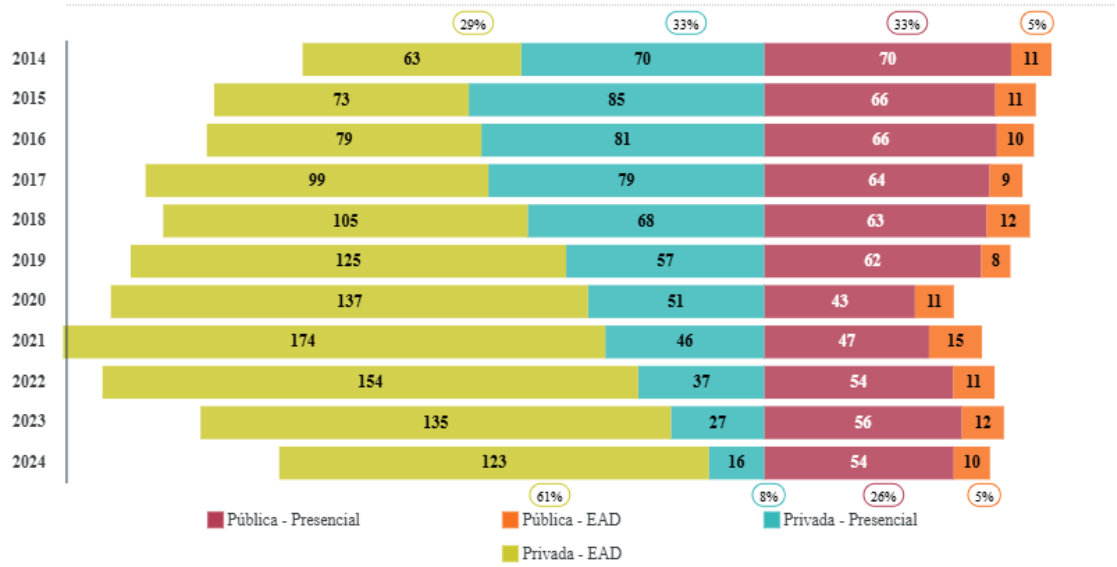
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Em vez de uma abordagem holística de formação baseada na inseparabilidade entre teoria e prática e no compromisso ético-político (Daia *et al*., 2025), o modelo atual levou à proletarização do ensino desde o início, de modo que os futuros professores carecem de voz no debate coletivo e na pesquisa acadêmica *in loco* baseada em experiências do mundo real que moldam a experiência diária das escolas brasileiras (Vasconcelos; Almeida, 2025).

O crescimento massivo dos cursos padronizados a distância rompe o tempo-espaço da aprendizagem crítica, e a complexidade teórica do ensino é transformada em tarefas automatizadas e virtuais, em linha com a construção utilitária do trabalho no mercado de trabalho atual. Este aumento da EaD privada mercantilizada tem um efeito muito acentuado sobre a classe trabalhadora, sem qualquer política pública que lhes permita manter seus alunos em universidades públicas presenciais, enquanto enfrentam a realidade da erosão salarial e da insegurança no emprego (Araújo; Kokay, 2026).

Outra situação vista no Anuário Brasileiro da Educação Básica diz respeito ao Gráfico 2, o qual é um complemento do Gráfico 1, sendo que em seu teor é dado o destaque aos concluintes de cursos vinculados à docência, como se pode ver a seguir.

Gráfico 2. Concluintes



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica – edição 2025.

O Gráfico 2 confirma a reestruturação da educação ao comparar o número e a proporção de concluintes de cursos de licenciatura de 2014 a 2024. A distribuição percentual dos graduados mudou drasticamente: graduados de cursos presenciais representavam a maioria dos novos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

graduados (66% na rede pública e 33% na rede privada em 2014). Em 2024, a modalidade de Educação a Distância (EaD) da rede privada concentrou massivos 61% de todos os graduados no Brasil, enquanto o número presencial da rede privada caiu para 8% e o número presencial da rede pública caiu para 26%, consoante os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025).

O pico absoluto de graduados na EaD privada ocorreu em 2021 com 174 mil graduados, mas 2024 é o momento em que o mercado corporativo domina o campo. Na perspectiva de Shiroma e Evangelista (2011), essa mudança na demografia dos graduados é uma manifestação da estratégia do Estado neoliberal de tornar a educação mais simplificada para criar uma educação baseada em mão de obra barata. A mudança do centro de formação de ser presencial público para EaD privada retira o rigor intelectual da preparação docente de um processo que ainda é muito processual para um diploma rápido no final.

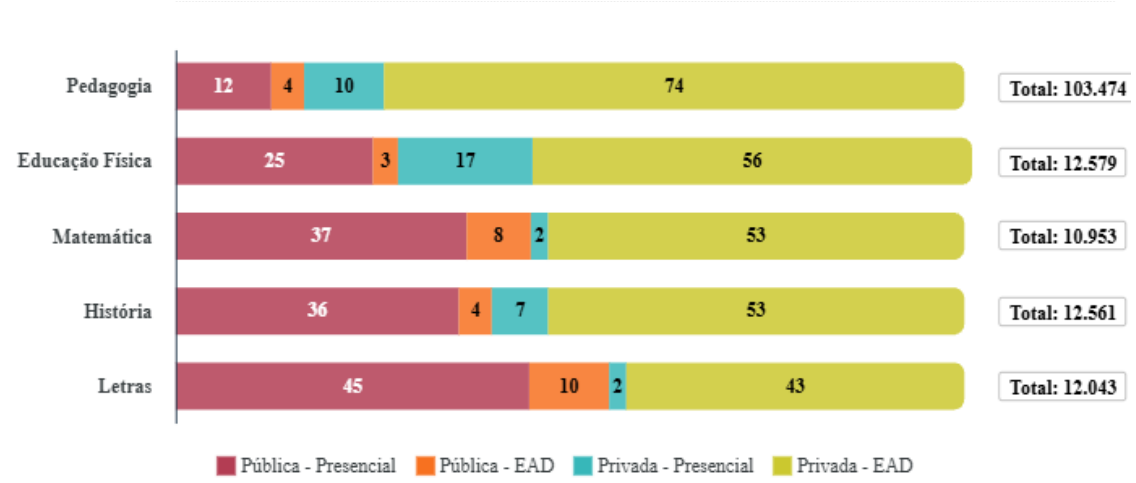
Como resultado dessa perda de formação, a qualificação por meio de cursos de extensão adicionais é terceirizada para o trabalhador da educação e o processo de formação nem sequer ocorre, e uma abordagem individualista e meritocrática da educação é enfraquecida do ponto de vista científico e intelectual (Oliveira, 2026).

O papel predominante da EaD privada na conclusão dos cursos é orientado para negócios e de natureza financeira, onde o sucesso educacional é medido apenas com base em medidas de eficiência orçamentária e taxas de fluxo em um curto período de tempo, em detrimento do tempo para pesquisa, extensão universitária e discussão coletiva. Futuros professores são enviados ao mercado de trabalho e às salas de aula da educação básica pública com uma qualificação desprovida de dimensões político-territoriais (Gatti, 2021). Assim, a construção de uma práxis pedagógica emancipatória em um ambiente escolar com todos os seus conflitos e contradições torna-se algo muito complexo de ser levado a bom termo (Gentili, 2000).

No Gráfico 3, são evidenciados os Concluintes por Modalidade, enfatizando os cursos de Pedagogia, Educação Física, Matemática, História e Letras. A análise dos formandos de diferentes cursos indica que a modalidade de ensino a distância que está sendo implementada pelo setor privado penetrou de forma desigual em diferentes cursos de ensino no Brasil. O caso mais agudo é o curso de Pedagogia com 103.474 formandos (ou seja, 74% deles de ensino a distância privado), restando apenas 12% para a rede pública presencial e 10% para a rede privada presencial.

Gráfico 3. Concluintes por Modalidade e Rede dos cinco maiores cursos voltados à docência, ano base 2024 – dados em porcentagem

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica – edição 2025.

Enquanto algumas áreas possuem um conteúdo específico (os chamados cursos de licenciatura) que ainda ocupam mais espaço na rede pública presencial (por exemplo, Letras (45%), Matemática (37%) e História (36%)), o ensino a distância privado já é o mais ativo em todas essas áreas (56% para Educação Física, 53% para Matemática, 53% para História e 43% para Letras). Sob a perspectiva teórica de Stephen Ball (2004), a privatização e virtualização assimétrica dos cursos de licenciatura em Pedagogia é evidência da comercialização da formação de professores (Silva; Martins; Silveira, 2026).

Os cursos que requerem infraestrutura de laboratório, grandes acervos físicos e longo tempo de prática são organizados em plataformas síncronas e assíncronas com baixo custo acadêmico. A lógica empresarial que sustenta essas estruturas fratura a capacidade intelectual do futuro educador, despojando a complexidade teórica dos cursos de licenciatura e produzindo um conjunto de programas pedagógicos que enfraquece a capacidade do professor de interrogar as contradições sociais de seu próprio país. Essa primeira proletarização está em linha com as categorias críticas de Antunes (2015) sobre a nova forma de trabalho precário.

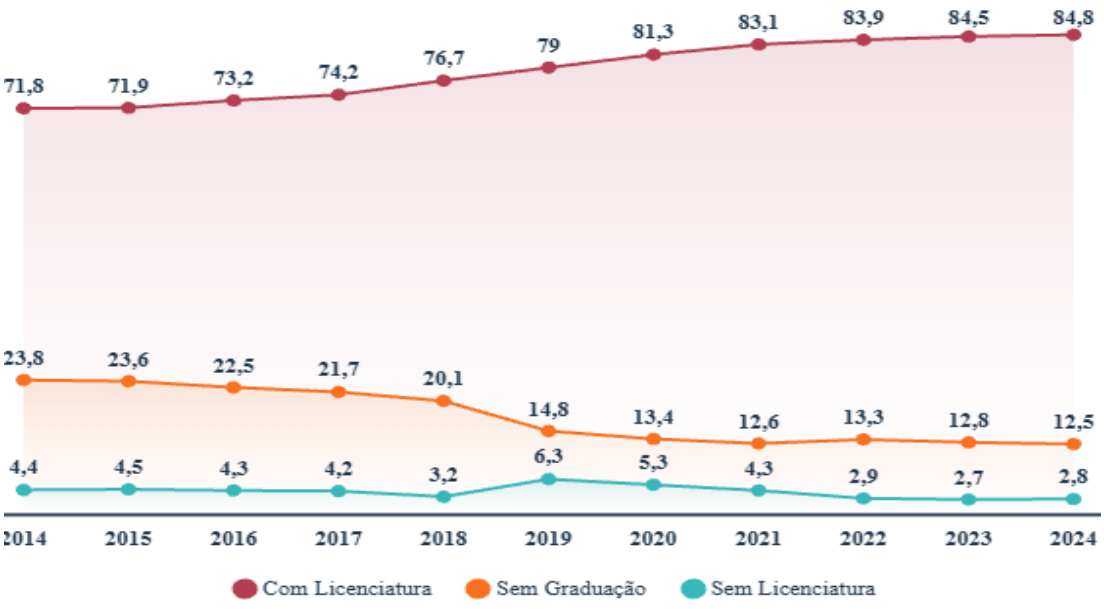
A maioria dos professores que foram qualificados por métodos virtuais privados irá ensinar nos primeiros anos e na educação infantil, que já viu um declínio significativo nos salários e remunerações. Em vez de ser uma formação de teoria e prática (Saviani, 2013), o modelo corporativo desloca o trabalho da qualificação para o esforço individual e gera uma população de trabalhadores intermitentes cujo conhecimento é governado pelos objetivos gerenciais do Estado e do mercado.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No Gráfico 4, dá-se o destaque para o perfil docente dos professores da Educação Básica por nível de escolaridade. Os dados do Gráfico 4 destacado em tela apresentam a evolução do perfil de titulação dos docentes da educação básica no Brasil entre os anos de 2014 e 2024, evidenciando as transformações na qualificação formal do corpo docente. Observa-se um crescimento contínuo e progressivo do percentual de professores que possuem a formação legal exigida: a taxa de docentes da categoria Com Licenciatura saltou de 71,8% em 2014 para 84,8% em 2024, como se vê nestes dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025).

Ainda de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025), esse movimento foi acompanhado por um recuo na proporção de docentes atuantes Sem Graduação, que declinou de 23,8% para 12,5% no mesmo intervalo histórico. Por sua vez, o índice de profissionais graduados, mas Sem Licenciatura (bacharéis ou tecnólogos sem complementação pedagógica), manteve-se estável e residual, encerrando o período em 2,8%.

Gráfico 4. Professores da Educação Básica por nível de escolaridade – dados em porcentagem



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica – edição 2025.

Apesar do inegável avanço estatístico na elevação da titulação formal das redes públicas, a permanência de mais de 15% dos professores sem a habilitação específica em 2024 atesta os limites estruturais das políticas educacionais brasileiras. Sob a perspectiva de Freitas (2014), a persistência de profissionais leigos ou sem licenciatura caracteriza o fenômeno do improviso institucional promovido pelos reformadores empresariais da educação.

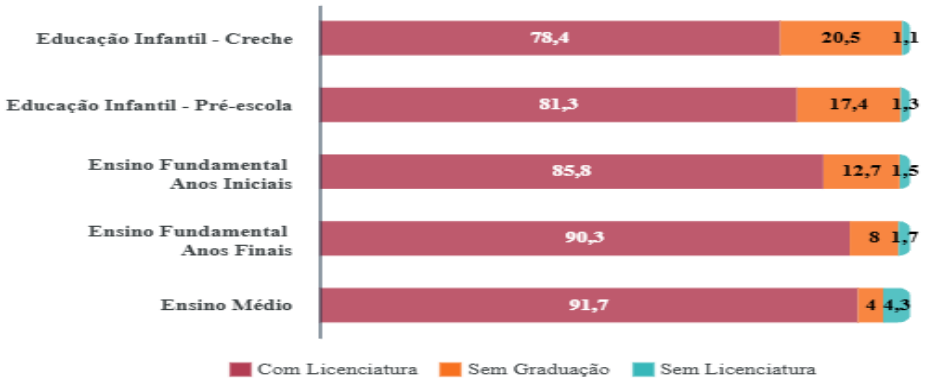
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Para conter gastos e flexibilizar a carreira, o Estado recorre a contratações temporárias e precárias que esvaziam o estatuto dos saberes pedagógicos, submetendo as escolas periféricas a um corpo docente intermitente e desprovido dos subsídios necessários para mediar de forma crítica o processo de ensino e aprendizagem (Brettas; Terra, 2025).

Em complemento ao Gráfico 4, os dados do Gráfico 5 apresentam o perfil docente dos professores da Educação Básica por nível de escolaridade e pela etapa escolar, como se pode ver a seguir. A análise da formação de professores por etapas de ensino em 2024 revela claramente uma divisão estrutural que enfraquece os primeiros anos da educação das crianças brasileiras. A educação de professores com diploma é mais alta no Ensino Médio (91,7%), seguida pelos Anos Finais do Ensino Fundamental (90,3%).

Por outro lado, à medida que descemos para a base da educação básica, vemos que a taxa de qualificação legal cai para 85,8% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e depois para 81,3% na Pré-escola e, finalmente, para os Centros de Educação Infantil (Creches), onde apenas 78,4% dos profissionais têm diploma, enquanto uma massiva parcela de 20,5% trabalha sem diploma, de acordo com os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025).

Gráfico 5. Professores da Educação Básica por nível de escolaridade e pela etapa escolar, ano base 2024 – dados em porcentagem



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica – edição 2025.

Na ausência de qualificação na base, o Estado brasileiro está criando um sistema educacional desigual, ao oferecer às classes populares pouco ou nenhum apoio e proporcionar às crianças uma educação improvisada e intermitente. O Gráfico 5 do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025) mostra que o desequilíbrio estatístico é tão grande que demonstra como a eficácia pedagógica no trabalho escolar público está comprometida (Paixão et al., 2025).

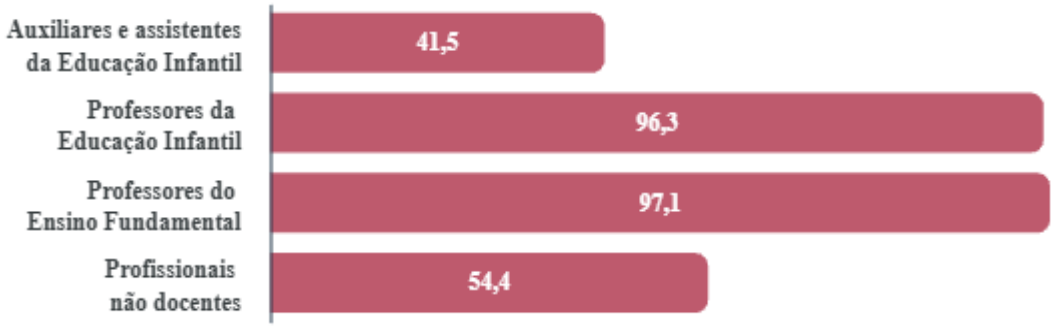
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Frisa-se que a lacuna entre a demanda teórica por qualidade na educação e as condições reais de formação de professores na primeira infância é uma manifestação das desigualdades estruturais que os programas de educação continuada estão tentando remediar e superar. Sem políticas fortes e universais para atratividade de carreira desde o início, a melhoria geral da educação nacional ainda é limitada diante da fragilidade material e formativa histórica que compromete o sistema educacional brasileiro (Gatti, 2016; 2021).

O fato de haver uma parcela significativa de professores que atuam em creche sem graduação é algo preocupante, uma vez que estes indivíduos ensinam crianças que estão numa fase da vida repleta de descobertas, o que demanda não só os conhecimentos pedagógicos destes docentes, como também outras dimensões, como se vê no caso da afetividade (Wallon, 2007). Este é um tópico crítico que necessita ser melhor trabalhado nas políticas públicas formativas, uma vez que a ausência deste olhar mais atento para situações como essa comprometem de forma séria a qualidade na educação desenvolvida nas creches (Gomes, 2025).

O Gráfico 6 evidencia os dados a respeito do percentual de profissionais que possuem plano de carreira, tendo como ano base 2023, como se pode ver abaixo.

Gráfico 6. Percentual dos profissionais que possuem plano de carreira na rede pública, ano base 2023 – dados em porcentagem



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica – edição 2025.

Os dados apresentados neste gráfico mostram que os níveis de educação superior são muito diferentes para diferentes categorias de trabalhadores que atuam no ambiente escolar brasileiro. Embora os cargos diretamente relacionados ao ensino em sala de aula sejam quase universalmente formados (97,1% para professores do Ensino Fundamental e 96,3% para

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

professores da Educação Infantil), os profissionais que atuam na área de apoio técnico e pedagógico das escolas vivem em um cenário educacional muito mais pobre. Apenas 41,5% dos Assistentes e Auxiliares de Educação Infantil são formados (54,4% para profissionais não docentes em cargos de secretariado, serviços de alimentação, limpeza e apoio administrativo), o que é indicativo da divisão social e técnica no sistema educacional do Brasil, conforme visto no Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025).

Ao se observar essa questão a partir da perspectiva da literatura crítica sobre organização escolar, a baixa taxa de educação superior de auxiliares e trabalhadores de apoio em uma escola oferece uma oportunidade para a desvalorização da instituição e uma desvalorização geral dos funcionários que muitas vezes são excluídos do sistema coletivo de formação e educação. Enquanto os profissionais estão diretamente envolvidos com os alunos — e têm um papel essencial na vida diária e escolar — eles também estão sujeitos a contratos mais precários e a um manto de invisibilidade teórica e política nos programas de formação produzidos pelo Estado (Gatti, 2016; 2021).

Essa lacuna entre o corpo docente altamente qualificado e o pessoal de apoio técnico e administrativo prejudica gravemente a escola como uma comunidade de aprendizagem integrada. Depreende-se que a qualidade e a inclusão real em nosso sistema educacional são resultantes do desenvolvimento profissional de todos os indivíduos no ambiente escolar, não do trabalho de indivíduos isolados e de apenas uma categoria de trabalho, uma vez que a escola tem como papel principal a formação de cidadãos (Zabala, 2015).

Se tais políticas públicas integradas não puderem ser feitas com incentivos salariais, um plano profissional comum e acesso universal à formação para técnicos e auxiliares, o sistema educacional continuará neste estado crítico apresentado pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025). A carreira docente com baixos salários, estrutura precária e cobranças por resultados já não é tão atrativa quanto antes, por conta justamente destes problemas existentes (Gatti, 2021).

O último dado aqui apresentado diz respeito ao rendimento bruto médio mensal dos profissionais que trabalham nas redes públicas da Educação Básica e que possuem formação em nível superior, o qual foi comparado com profissionais assalariados com o mesmo nível de escolaridade pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica. O Quadro 1 exibe esta comparação, conforme se pode ver a seguir.

Quadro 1. Rendimento bruto médio mensal dos profissionais das redes públicas da Educação Básica com nível superior completo e dos demais profissionais assalariados com mesmo nível

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de escolaridade - Em milhares de reais e relação entre eles em porcentagem – Brasil (2014 – 2024)

Ano	Demais profissionais	Profissionais do Magistério
2014	R$ 7.390,04	R$ 5.211,17
2015	R$ 7.180,73	R$ 5.219,64
2016	R$ 6.883,31	R$ 4.920,67
2017	R$ 6.797,02	R$ 5.103,25
2018	R$ 6.776,08	R$ 5.194,29
2019	R$ 6.581,83	R$ 5.169,56
2022	R$ 5.903,39	R$ 4.875,95
2023	R$ 6.030,62	R$ 5.240,76
2024	R$ 6.368,97	R$ 5.481,01

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica – edição 2025.

Os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025) mostram a profundidade da disparidade econômica que tem pressionado os trabalhadores da educação no Brasil, comparando o salário médio bruto mensal dos professores de escolas públicas ao salário médio de todas as profissões assalariadas com o mesmo grau (ensino superior completo). Ao longo dos anos, a remuneração média dos professores foi aumentada e reduzida ligeiramente (de R$ 5.211,17 em 2014 para R$ 5.481,01 em 2024), embora ainda muito abaixo do salário médio das demais profissões assalariadas, que receberam R$ 6.368,97 em 2024.

O maior aperto salarial para os professores ocorreu em 2022, quando o salário real dos professores caiu para seu valor histórico mais baixo na década (R$ 4.875,95) em comparação com o salário médio dos demais profissionais com nível superior, de R$ 5.903,39 no mesmo ano. Essa disparidade crônica de renda é um dos principais determinantes sociais que tornam a carreira pouco atraente e essa comparação com profissionais de mesma escolaridade de outras áreas reforça este ponto de vista (Araújo; Kokay, 2026).

Do ponto de vista teórico de Bernardete Gatti (2016), o salário dos professores é historicamente inferior ao das outras profissões com o mesmo grau e essa é a razão pela qual os professores têm uma enorme disparidade salarial e a qualidade da educação está em uma posição tão precária. Essa situação de fadiga física e mental retira o tempo alocado para estudo individual, planejamento coletivo e participação orgânica em programas densos de educação continuada (Druck; Silva, 2025).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Este estado deficitário do magistério em comparação com o restante do mercado de trabalho com ensino superior está em contradição direta com o discurso oficial e as práticas gerenciais que exigem produtividade e qualidade do corpo docente (Ball, 2005). O que se percebe em relação à precarização do trabalho na educação básica, a demanda por metas e desempenho em avaliações em larga escala ignora deliberadamente que a dignidade e o respeito à autonomia docente são os pré-requisitos para um processo de aprendizagem emancipado e reflexivo (Schön, 1992; 2000).

A proposta de Freire (1996) de uma pedagogia da autonomia não é sustentável, ainda que a escola se torne um lugar de pesquisa cooperativa (Nóvoa, 2019), quando os trabalhadores da educação têm sido submetidos a uma desvalorização econômica histórica que os deixou sem sentido de trabalho e em que estão sendo reduzidos a uma atividade de desgaste e sobrevivência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão do estudo nos deu uma visão real do que está acontecendo hoje e das mudanças estruturais na formação e no trabalho dos professores no Brasil. Os dados quantitativos do Anuário de 2025 e as referências teóricas mostraram que a preparação de professores no contexto nacional está em uma situação muito precária, sendo ela mercantilizada e desvirtuada. Ao transferir o centro de formação inicial para cursos privados a distância, cria-se um modelo de racionalização focado em métricas gerenciais de baixo custo e alta eficiência de fluxo, que não permite que futuros professores tenham uma experiência coletiva e de pesquisa e construção de práxis no chão da escola. Os achados indicam que as exigências abstratas por parte da instituição em relação à qualidade e produtividade não correspondem às restrições materiais e econômicas existentes na vida docente. Os altos níveis de inadequação formativa na educação infantil ainda permanecem como um problema de um Estado que deixa o ensino e a aprendizagem à improvisação técnica.

Essa fragilidade inicial é agravada por uma lacuna salarial substancial e de longa data entre o magistério e o restante do mercado de trabalho de nível superior. A compressão salarial e a pressão por metas burocráticas têm retirado a autonomia intelectual da profissão docente, levando a doenças relacionadas ao trabalho e tornando impossível que a escola seja o lugar certo de conversa e libertação para todos.

Além disso, num contexto mais específico, o percentual de professores sem graduação atuando nas creches é algo preocupante, posto que são professores que lidam com uma fase

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

especial e cheia de especificidades que é a infância. Houve também a comparação dos dados de rendimento bruto mensal de profissionais da educação com nível superior com os de outros trabalhadores que possuem o mesmo nível de formação. Tal comparação demonstrou a situação dos baixos salários dos professores, o que é um contrassenso, pois estes indivíduos são cobrados constantemente por melhores resultados, sem a devida valorização profissional.

Em conclusão, observamos que, para resolver os problemas enfrentados pela profissão docente no Brasil, é preciso abandonar rapidamente as lógicas de formação instrumental e a performatividade neoliberal. O verdadeiro desenvolvimento profissional e a transformação do sistema de educação básica devem andar de mãos dadas com a relação entre valorização material e investimento formativo. Como recomendação chave, enfatiza-se a necessidade de políticas públicas estruturais que sejam funcionais e atraentes, e que deem aos professores autonomia na formulação de diretrizes educacionais, devolvendo ao ensino sua posição científica, ética e muito política.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, K. H.; KOKAY, R. A. C. A escassez de professores/as da educação básica: análise do pacote de políticas governamentais de incentivo à docência. **Desleituras**, n. 19, p. 229-260, 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025.** Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Casa Civil, 2025.

BRETTAS, A. C. F.; TERRA, M. F. O. A contratação temporária de professores na educação básica sob a influência do neoliberalismo. **Cadernos de Pós-graduação**, v. 24, n. 1, p. 72-81, 2025.

DAIA, P. M. M. *et al*. Formar para transformar: professores em construção contínua. **Missioneira**, v. 27, n. 9, p. 125-138, 2025.

DRUCK, G.; SILVA, S. A precarização do trabalho docente nas universidades federais. **Caderno CRH**, v. 38, p. e025038, 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, 2014.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

GATTI, B. A. Formação de professores: condições e problemas. **Revista internacional de formação de professores**, p. 161-171, 2016.

GATTI, B. Formação de professores no Brasil: políticas e programas. **Paradigma**, p. 1-17, 2021.

GENTILI, P. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Tradução de Vania Paganini Thurler e Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 229-252. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

GHEDIN, E.; PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2022.

GOMES, M. O. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2025.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissionalismo:** os desafios da profissão no século XXI. São Paulo: Cortez, 2022.

LIMA, S. M. F. *et al*. O educador e seus dilemas: resistir, persistir, existir. **Missioneira**, v. 27, n. 10, p. 43-55, 2025.

MAIA, F. J. *et al*. Formação Continuada Desconectada: Barreiras à Integração da Tecnologia na Prática Pedagógica. **Revista Educar Mais**, v. 10, p. 1-12, 2026.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 3, p. e84910, 2019.

NÓVOA, A. *et al*. Desafios e perspectivas contemporâneas da docência universitária: um diálogo com o professor Antonio Nóvoa. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 13, p. 1-20, 2023.

OLIVEIRA, R. O trabalho docente no ensino médio: a busca da emancipação e o confronto com a performatividade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 31, p. e310009, 2026.

PAIXÃO, J. L. *et al*. O distanciamento entre formação universitária e prática docente: análise das lacunas estruturais na preparação de professores para a educação básica. **Revista Tópicos**, v. 4, n. 29, p. 1-20, 2026.

PAIXÃO, J. L. *et al*. Práticas reflexivas na formação continuada de professores. **Revista Tópicos**, v. 3, n. 27, p. 1-20, 2025.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 22, n. 2, p. 72-89, 1996.

REIS, E. A.; REIS, I. A. Análise descritiva de dados. **Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG**, v. 1, 2002.

SANTOS, A. C. S. *et al*. O sequestro da autonomia docente: a redução da profissão e da didática nas contrarreformas neoliberais. **Revista e-Curriculum**, v. 23, 2025.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

SANTOS, F. D. V.; FERNANDES, M. J. S. O que sabemos (ou não sabemos) sobre a precarização do trabalho docente nas escolas privadas paulistas?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e19721, 2026.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação.** Lisboa: D. Quixote, 1992. p. 79-91.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva**, v. 29, n. 1, p. 127-160, 2011.

SILVA, A. F. Plano de desenvolvimento da educação: avaliação da educação básica e desempenho docente. **Inter-Ação**, v. 35, n. 2, p. 415-435, 2010.

SILVA, A. F. Políticas de *accountability* na Educação Básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 32, n. 2, p. 509-526, 2016.

SILVA, C. V. G.; MARTINS, T. M.; SILVEIRA, V. S. Políticas de formação de professores na região sudeste do Brasil: histórico das diretrizes atuais. **Ensaios Pedagógicos**, v. 10, n. 1, p. 25-39, 2026.

SOARES, M. T. N. *et al*. Pesquisas interventivas e formação docente: contextos e (im) possibilidades metodológicas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 31, 2026.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica – edição 2025. **Todos pela Educação**, 2025. Disponível em: https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-5-educacao-de-jovens-e-adultos.html. Acesso em: 1 ago. 2026.

VASCONCELOS, B. N. M.; ALMEIDA, L. C. As possibilidades de criação político-pedagógica na escola do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 10, p. e19638, 2025.

WALLON, H. **A Evolução Psicológica da Criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa.** 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC, 2013.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.